

Resolução entra em vigor na data de sua publicação". Decisão-CNPCCP: Pela aprovação da Resolução acima e adiamento da discussão do assunto para a próxima reunião do Colegiado, face à ausência de alguns Conselheiros e à importância e seriedade da matéria, que deverá ser reexaminada com a contribuição de todos os membros do Conselho. Sobrestada a votação, determinou o Senhor Conselheiro Presidente que fossem encaminhadas cópias do parecer do Relator do processo a todos os Conselheiros, com solicitação, aqueles ausentes das reuniões deste dia, para que encaminhem por escrito ao CNPCCP, os seus votos, caso não possam comparecer às próximas reuniões do Conselho, marcadas para o dia 25 de abril. O Conselheiro ANTÔNIO EVARISTO apresentou, nesta oportunidade, sugestão à Secretaria de Justiça e Segurança Pública/MJ, de cadastramento de todos os estabelecimentos penais do Brasil, para futura instalação de um banco de dados, ao que foi informado, pelo Dr. PAULO ROBERTO C. DE AMORIM, Secretário da SEJUSP presente à reunião, que isto já estava sendo organizado. Fazendo uso da palavra, o Conselheiro JOÃO BENEDITO recomendou fosse registrado em ata voto de louvor e reconhecimento ao trabalho realizado pela Secretária Executiva deste Conselho, Dra. LUCIN DA LEMOS DOS SANTOS ROCHA, voto que teve a aprovação unânime de todos os membros do Colegiado, que se manifestaram também por cumprimentos registrados em ata, ao trabalho do Dr. ANTÔNIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA, que deixara recentemente o cargo de Secretário da Secretaria de Justiça e Segurança Pública/MJ, ao Dr. ELOAR GUAZZELLI, anterior Conselheiro-Presidente do CNPCCP e ao Dr. JOSÉ FERNANDO CIRNE LIMA EICHENBERG, Secretário-Geral do Ministério da Justiça na gestão do Exmº Senhor Ministro PAULO BROSSARD. II- 1) ILANUD - Relator: Conselheiro ARTHUR RIOS - Considerando a demora nos entendimentos relativos a este convênio, entre o Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Exteriores, solicitou o Conselheiro-relator ao Senhor Presidente, contatos para conhecimento do andamento sobre a celebração do acordo, ao que foi informado pelo Senhor Secretário da SEJUSP, Dr. PAULO AMORIM, de que o Exmº Senhor Ministro desta Pasta já havia se manifestado neste sentido junto ao Ministério das Relações Exteriores. 2) Proposta de Convênio FUNDAÇÃO EDUCAR (Parecer S/Nº, de 15/09/88) - Relator: Conselheiro ARTHUR RIOS. Diligência recomendada: "Solicitamos, portanto, ao DEPEN, que esclareça melhor esta colaboração dos próprios detentos e nos informe sobre a parte de educação moral e de formação para o trabalho no convênio que se pretende firmar. Volte depois o processo ao Relator, acompanhado de minuta do convênio. É o nosso parecer s.m.j." Decisão-CNPCCP: Pela aprovação da medida requerida. Nesta fase dos trabalhos o Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO passou às mãos do Senhor Presidente, com recomendações para arquivamento por terem perdido o objeto, os seguintes expedientes: 1) Ofício S/Nº, de 21.10.88 - Assunto: Sugestões para o Indulto Natalino, encaminhadas pelo Sr. JOSÉ DO MONTE CARMO MARQUES, Presidente do Conselho Auxiliar de Internos da Casa de Detenção "Antônio Dutra Ladeira", de Ribeirão das Neves - MG. 2) Processos-MJ-Nºs 23.041/86 e 21.447/86 - Assunto: Denúncias de irregularidades na Penitenciária Agrícola de Neves, em Ribeirão das Neves - MG. 3) Carta S/Nº, de 6/9/88 - Interessado: sentenciado Júlio Nicolai, interno da Penitenciária de Araquara/SP - Assunto: comutação de pena para todos os presidiários do Brasil com condenação superior a 30 anos, como comemoração da promulgação da Constituição Federal. 4) Processo-MJ-Nº 3.869, de 23/09/88 - A pensos: Ofício Nº 3.974/88 - c/SAI, de 23/09/88 (Gabinete Civil da Presidência da República) - Ofício nº 4.114/88 - c/SAI, de 04/10/88 - Ass. 11605 - Ofício nº CD/069/88, de 26/09/88 - SEAP Nº 409887 - o - Interesada: SÔNIA MARIA SOARES DE ARAÚJO - Assunto: Anistia para os apenados até 04 anos, que tenham cumprido qualquer tempo de prisão ao ensejo da promulgação da nova Constituição. 5) Expediente S/Nº-88- Assunto: Críticas à Casa de Detenção de São Paulo e sistema penitenciário em geral. III- 1) Ofício nº 80/88 - GP, de 10/05/88 - Assunto: Relatório elaborado pela Comissão de Estudos do Anteprojeto da Parte Especial do Código Penal - Relator: Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO. VOTO: "... nosso voto é no sentido de se aguardar a remessa de todos os textos a este Conselho - que já indicou comissão para estudo das matérias - quando, então, poder-se-á fazer a análise global dos textos." - Decisão-CNPCCP: Pela aprovação unânime. 2) Processo-MJ-Nº 01.260/89 - 37 - Assunto: Projeto de Lei do Senado nº 105/88 - VOTO: "Este CNPCCP tem uma posição muito definida e clara quanto à não aceitação, a nível de política criminal, de lei esparsas no âmbito do direito penal e do direito processual penal. São casos especiais, como por exemplo, na definição das infrações penais eleitorais e do processo penal eleitoral, dos crimes falimentares e seu procedimento, etc., dever-se-á aceitar regimentos fora dos diplomas do Código Penal e do Código de Processo Penal. Tanto é assim que ao se preocupar com os "Crimes Contra o Estado Democrático e a Humanidade", este Conselho elaborou anteprojeto incluindo novos tipos penais como integrantes de mais um Capítulo da Parte Especial do Código Penal. Como há uma decisão no sentido de que se proceda, ante ao novo texto constitucional, uma revisão e readaptação dos projetos em tramitação no Congresso e anteprojetos apresentados para modificação no ordenamento positivo do direito penal e do direito processual penal, inclusive com designação de Comissões, o voto é no sentido de encaminhamento do Projeto Nº 105/88 às mesmas, como subsídio para a re-forma a ser empreendida." Decisão-CNPCCP: Pela aprovação unânime do parecer do Relator. 3) Ofício-S/Nº e data - Relatório de atividades do Conselho da Comunidade da Comarca de Água Branca/SP, referente ao mês de setembro/88. Relator: Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO. VOTO: "De se elogiar as atividades do Conselho da Comunidade de Água Branca, quanto aos casos de AIDS, de conveniência seja feito expediente ao órgão competente de saúde pública de São Paulo, para providenciar a assistência e controle necessários." Decisão-CNPCCP: pela aprovação, por unanimidade. 4) Ofício nº 0779/88 - GAB/DG (INI) - Assunto: Anteprojeto de lei e decreto sobre identificação criminal e a instituição do Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC. Relator: Conselheiro NILZARDO. VOTO: "Se no Proc.MJ 7831/87 foi acolhido pelo Ministério da Justiça a sugestão feita pelo Departamento de Assuntos Legislativos, hoje transformado em Secretaria, de expedição de ofícios pedindo sugestões à Ordem dos Advogados do Brasil (Conselho Federal e Seccionais), aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e Procuradores Gerais de Justiça e Secretarias de Segurança Pública, ante a promulgação da nova Constituição Federal, que deu colorido especial aos direitos e garantias individuais, de toda conveniência sejam aqueles órgãos e instituições novamente consultados, ante os novos textos elaborados, com pareceres que irão enriquecer sobremaneira o trabalho original. (...) o voto, pois, é no sentido de encaminhamento dos anteprojetos de lei e decreto, dispondo sobre identificação criminal e instituição do SINIC aos Tribunais

de Justiça dos Estados, OAB (Conselho Federal e Seccionais) Procuradores e Distritos Federais, anexando-se aos mesmos o Parecer de outubro de 1987, aprovado por este CNPCCP." Voto em discussão: nenhuma manifestação. Decisão-CNPCCP: pela aprovação unânime. 5) Processo-MJ-Nº 19472/87 - 63 - Assunto: Proibição de exercício profissional de advogado pelo Diretor da Penitenciária de Avaré-SP - Relator: Conselheiro NILZARDO - VOTO: "Pelo conhecimento do pedido e seu consequente indeferimento." Decisão-CNPCCP: pela aprovação unânime. Ao final dos trabalhos, o Conselheiro ARTHUR RIOS indagou sobre a possibilidade de inclusão, no próximo número da Revista de Política Criminal e Execução Penal, a título de colaboração, do seu trabalho intitulado "Meninos de rua nas cidades brasileiras: estado da questão". Manifestou-se ainda o Dr. PAULO AMORIM, Secretário da SEJUSP, justificando o retardamento dos trabalhos, naquele a Secretaria, relativos à estimativa do déficit de vagas no sistema penitenciário do Brasil (data base: dezembro/88), por falta de recursos humanos, informando também que, através de portaria já publicada, o sistema penitenciário estava sendo acoplado ao SUDS - sistema unificado descentralizado de saúde. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. E, para constar, eu, MARINA LANDIM FERREIRA, Coordenadora do Conselho e Secretária "ad hoc", lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

RUY DA COSTA ANTUNES
Presidente em exercício

MARINA LANDIM FERREIRA
Secretária "ad hoc"

(Of. nº 18/89)

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

ATA DA 3.491ª REUNIÃO ORDINÁRIA, 26ª NO EXERCÍCIO DE 1989,
REALIZADA ÀS 17:00 HORAS DO DIA 04 DE ABRIL DE 1989

Às dezessete horas do dia quatro de abril de mil novecentos e oitenta e nove, na Sede do Conselho Nacional de Trânsito, sexto andar do Edifício Anexo dois do Ministério da Justiça, Brasília - Distrito Federal, o Senhor Presidente, Dr. ROBERTO SALVADOR SCA RINGELLA, após haver constatado a existência de "quorum" regimental, iniciou os trabalhos da presente Reunião, observada a presença dos Senhores Conselheiros: GONÇALO RAFAEL D'ANGELO, JOAQUIM MACHADO DE MELLO JÚNIOR, ORLANDO MIRANDA DE ARAÇÓ, JOSÉ MARIA DE ARAÚJO SOUZA, JOSÉ ARLITON NOGUEIRA FARIAS, PEDRO JOSÉ DE MORAIS, OSWALDO EURICO BALTHAZAR PORTELLA, ALFREDO PERES DA SILVA, ORLANDO MOREIRA DA SILVA, MARCELO PERRUPATO E SILVA e EDMO D'AQUINO SALVATORI. O Secretário das Reuniões procedeu à leitura da Ata da 24a. Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Trânsito no exercício de 1989, a qual foi aprovada por unanimidade. ASSUNTOS GERAIS: O Colegiado tomou conhecimento de expediente contendo esclarecimentos da Federação Nacional das empresas de Seguros Privados e Capitalização-FENASEG, no tocante ao Seguro Obrigatório DPVAT. Informa o expediente quanto à norma apresentada pela Resolução nº 06/86 do Conselho Nacional de Seguros Privados, que estabeleceu a responsabilidade das Sociedades Seguradoras que operam com o Seguro DPVAT. O Senhor Presidente, após a análise dos doze itens que integram o documento em questão, entendeu ser válida a renovação do convite à FENASEG, no sentido de que um representante da Federação compareça ao CONTRAN a fim de melhor explicar a matéria. ORDEM DO DIA. PROCESSO Nº: 000.805/88-CONTRAN; INTERESADO: Universidade de Caxias do Sul/Pró-Reitoria de Pós-Graduação; ASSUNTO: Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Segurança; RELATOR: Conselheiro JOAQUIM MACHADO DE MELLO JÚNIOR. O Relator apresentou o Parecer nº 041/89-CONTRAN, informando que um missivista, não identificado, encaminhou ao CONTRAN, em 09 de dezembro, recorte de matéria publicada no jornal "O Pioneiro", de Caxias do Sul-RS, datado de 10 de setembro de 1988. A matéria em questão dizia respeito a um trabalho de prevenção de perdas, dirigido para a segurança no trânsito, desenvolvido pelos alunos de Pós-Graduação em "Engenharia de Segurança do Trânsito", sob a Coordenação do Professor e Engenheiro da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRANSURB, Jorge Alberto Haesbert. O citado trabalho teve lugar em um cruzamento na Cidade de Caxias do Sul, considerado um dos pontos de maior perigo no trânsito da Cidade, e então realizou-se um levantamento das causas principais dos acidentes. O Projeto consistiu, ainda, na "Gerência de riscos" aplicável em diferentes campos, inclusive no trânsito. O Desenvolvimento do Projeto possibilitou concluir-se que os riscos no trânsito de veículos e pedestres são em grande número, de elevada potencialidade de danos. Entretanto, segundo o Projeto, os controles necessários para a eliminação dos mesmos muitas vezes são simples e de baixo custo, tornando viável a sua implantação. Concluindo sua explicação, o Relator firmou seu entendimento de que "vale a pena conhecer-se o Projeto da Universidade de Caxias do Sul, recomendável particularmente aos técnicos do Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN". Posto em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade e a Secretaria Executiva ficou encarregada de encaminhar cópia do Processo ao DENATRAN para conhecimento e oficial à Universidade em questão, solicitando mais detalhes com relação ao assunto. PROCESSO Nº: 000.454/88-CONTRAN; INTERESSADO: Polícia Militar do Estado de São Paulo-PM/SP; ASSUNTO: Interpretação do que dispõe a Resolução nº 701, de 19 de julho de 1988; RELATOR: Conselheiro MARCELO PERRUPATO E SILVA. O Relator apresentou o Parecer nº 042/89-CONTRAN, informando que o mesmo referia-se não só ao Processo em pauta, mas também aos seguintes expedientes protocolados no CONTRAN: 074/89-CONTRAN; 075/89-CONTRAN; 077/89-CONTRAN e 080/89-CONTRAN, sugerindo que fossem anexados ao Processo que originou a Resolução nº 701. Em seu Parecer, o Relator explicou que o Processo nº 075/89-CONTRAN dizia respeito a consulta do Departamento de Trânsito do Mato Grosso-DETRAN/MT, sobre a aplicabilidade da Resolução nº 701, em face de haver o meritíssimo Juiz da 3a- Vara Federal no Estado do Ceará haver, em 10 de setembro de 1986, concedido medida liminar nos autos da Ação de Medida Cautelar impetrada pela Indústria de Placas e Pinturas Ltda.-INPLAC, no sentido de fazer cessar quaisquer providências contra o licenciamento ou penalidade a veículos que utilizassem a película adesiva de nome "SCOTCHTINT", representada e distri-